

# boletim ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas Seção Sindical/ANDES-SN



## >>> PLANO DE LUTAS

# 38º Congresso do ANDES-SN: Unir para existir e resistir à opressão

Da Redação



DIVULGAÇÃO/ANDES-SN

Foi aprovada a paridade de gênero para a direção do ANDES-SN, um marco na história do Sindicato Nacional

**A** centralidade da luta e as ações do ANDES-SN em 2019 foram definidas durante o 38º Congresso do Sindicato Nacional. O texto norteador [aprovado](#) foi: “Atuar buscando maior mobilização da base, pela construção de uma ampla unidade para combater a contrarreforma da previdência, as privatizações e revogar a Emenda Constitucional (EC) 95. Defender a livre expressão, organização e manifestação, enfrentando as medidas antidemocráticas de extrema-direita: defender os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras; os serviços e as servidoras e servidores públicos, bem como o financiamento público para educação, pesquisa e saúde públicas. Para tanto, empenhar-se na construção de uma Frente Nacional Unitária, como

espaço de aglutinação para essa luta, contribuindo assim para avançar na organização da classe trabalhadora”.

A maior delegação da ADUA-SSind, em um congresso do Sindicato, composta por 15 professores e professoras, participou do encontro que reuniu 599 docentes, de 28 de janeiro a 2 de fevereiro, em Belém (PA). O congresso teve como tema central “Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95”.

A unidade da classe trabalhadora para resistir foi colocada como centralidade da luta da categoria. No que compete à Educação, o congresso apontou como eixos a defesa da carreira docente, a recomposição do financiamento público para as IEES/IMES, a garantia da

autonomia universitária, a defesa das liberdades democráticas e a delimitação de uma ampla política de Ciência e Tecnologia. No Plano Geral de Lutas, foi incluído, ainda, a necessidade da formação político-sindical da categoria e o aumento dos esforços para realização do III Encontro Nacional de Educação (ENE) juntamente com a Frente Nacional Escola Sem Mordça e o Fórum Sindical Popular e de Juventudes, em defesa da liberdade de cátedra e da educação pública, gratuita, autônoma, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada, rechaçando qualquer tentativa de censura e violação da autonomia.

## Outras bandeiras

A categoria pôs como central a construção de uma Frente Nacional Unitária para lutar contra os ataques diretos do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (PSL) e das consequências de sua política machista, racista e lgbtfóbica como a Reforma da Previdência, a liberação do posse de armas, a ampliação dos índices de feminicídio, de violência contra os homossexuais e de assassinato da população negra, e de medidas contrárias à educação e à saúde públicas e gratuitas. A proposta é também resistir a permanente denúncia das perseguições dos trabalhadores rurais e urbanos, e lutar pelo direito ao trabalho, à natureza e aos povos originários.

Neste âmbito, as docentes e os docentes que participavam do congresso se somaram aos demais manifestantes no ato político-cultural em [apoio à causa indígena](#). A passeata, iniciada na Praça da República, em Belém, criticou o desmonte da

Fundação Nacional do Índio (Funai) e a transferência das atribuições de demarcação das terras indígenas para o Ministério da Agricultura, medidas do governo Bolsonaro. A mobilização foi promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). No Congresso, a ADUA-SSind. apresentou, ainda, uma moção de solidariedade ao povo indígena Munduruku pela luta em defesa de seus direitos.

No encontro, os docentes e as docentes aprovaram a delimitação de 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQTT) como uma data de luta nacional contra a LGBTQTTfobia nas IFES/IEES/IMES, além da intensificação da defesa da descriminalização do aborto e o 14 de março como Dia Nacional de Luta contra a Criminalização dos Movimentos e dos Lutadores Sociais. Nesta data, em 2018, Marielle e Anderson foram assassinados. Para o segundo semestre do ano, foi aprovada a construção dos dias nacionais de lutas contra o assédio moral e sexual e a luta contra o racismo.

Sobre a questão ambiental, os participantes do congresso [se manifestaram em relação ao rompimento](#), no dia 25 de janeiro, da barragem da Vale, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). O crime ambiental fez mais de 300 vítimas (sendo 179 mortos e 131 desaparecidos até agora), além das vítimas indiretas, e contaminou o Rio Paraopeba, prejudicando comunidade, flora e fauna. Por unanimidade, os congressistas aprovaram um manifesto de solidariedade a atingidos e atingidas pelo desastre e de repúdio ao crime ambiental.

[A luta unitária dos trabalhadores](#) irá abranger também o combate à aprovação da Contrarreforma da Previdência. Seguindo a resolução aprovada na Plenária do Tema 2 “Políticas Sociais e o Plano Geral de Lutas”, o ANDES-SN participou da plenária nacional das centrais sindicais contra a Reforma da Previdência, no dia 20 de fevereiro, em São Paulo, pautando a necessidade de uma Greve Geral com as centrais e movimentos sociais.

### Mulheres na Luta

Os delegados e as delegadas aprovaram a adesão e construção da Greve

Internacional das Mulheres, no dia 8 de março. O ANDES-SN indicará a paralisação dos docentes, neste dia, nas universidades, institutos e Cefets. Para cumprir a deliberação, o Sindicato recomenda que as seções sindicais e secretarias regionais realizem plenárias estaduais e municipais para a construção do 8 de março. O ANDES-SN também indica a deliberação sobre a paralisação em assembleias.

Um marco na história do Sindicato Nacional foi a [aprovação da paridade de gênero para a diretoria do ANDES-SN](#). Foi acordado que, no mínimo, seis mulheres deverão ocupar os 11 cargos do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria. Entre as 72 pessoas das direções regionais, terá que ter, no mínimo, 36 mulheres, somando todas as regionais. Também deverá haver, no mínimo, 50% de mulheres em todas e em cada uma das vice-presidências regionais (1ª e 2ª).

“Acredito que foi um dos mais importantes congressos do século 21 do ANDES, por um lado, pelo contexto virulento de ataques à classe trabalhadora em geral e especificamente à educação pública e, por outro, pelo que considero como uma amostra do amadurecimento do movimento sindical de professoras e professores. Em termos qualitativos, vimos o esforço de todas e todos para alcançar a unidade, fundamental para enfrentar a extrema-direita. Também não podemos deixar de mencionar o que sem dúvida foi um fato histórico: a aprovação da paridade entre homens e mulheres na diretoria nacional. Saímos com as forças renovadas e preparados para enfrentar os retrocessos que estão querendo nos impor”, afirmou o presidente da ADUA-SSind., professor Marcelo Vallina, que participou do encontro como delegado.

Também integraram a maior delegação as e os docentes Alcimar Oliveira, Aldair Andrade, Ana Cristina Martins, Ana Lúcia Gomes, Jacob Paiva, Luiz Fernando Souza e Marcelo Seráfico, como delegados e delegadas, e ainda os professores e professoras Danielle Gonzaga, Elciclei Faria, Grace Anne Andrade, Jorge Barros, Maria Audirene Cordeiro, Roberta Andrade e Sandro Simas, como observadores e observadoras.

## História do Sindicato é exposta no Congresso

DIVULGAÇÃO/ADUA



ADUA completa 40 décadas em outubro deste ano

A ADUA-SSind. realizou uma exposição sobre os 40 anos da entidade durante o Congresso. A mostra contou com banners contendo fotografias e textos sobre a história do Sindicato desde a sua fundação. O material foi organizado pelo grupo do Acervo Documental e do Centro de Memória “Memórias Militantes” da Seção Sindical.

Dois dos quatro cartazes foram organizados por décadas (1979-1989; 1989 – 1999; 1999 – 2009; e 2009 – 2019) e mostraram a trajetória da entidade, considerando o contexto social, político e econômico local e nacional. No material foi exposta a saga da categoria por educação pública, gratuita e de qualidade.

Outro cartaz contou a luta dos docentes por uma sede. No início, a ainda associação, utilizou o auditório Doutor Zerbini, na Faculdade de Ciências da Saúde, no bairro Praça 14 de Janeiro. O cartaz trouxe a curiosidade de que o espaço cedido por quatro meses foi usado por 20 anos. Com o pedido da reitoria de mudança, em 1984, o sindicato realizou suas atividades no bairro Japiim. Em 2005, foi fixado um acordo para concessão de um espaço na Ufam, onde foi construída e inaugurada, no ano seguinte, a atual sede.

O quarto banner exibiu a preparação para a comemoração das quatro décadas do sindicato como a confecção do calendário 2019 temático; o concurso cultural “40 Anos ADUA” que escolheu o selo representativo; e o trabalho do “Memórias Militantes”, iniciado em outubro de 2018 e que tem objetivo de preservar as memórias dos 40 anos de luta do Sindicato.

## &gt;&gt;&gt; ARTIGO

# A Reforma do Ensino Médio: mais um ataque à classe trabalhadora

Arminda Rachel Botelho Mourão\*

**N**ossas considerações iniciais nos remetem ao entendimento que é fundamental refletir sobre os projetos educacionais que norteiam a Política Educacional para “tornar transparente para os próprios atores a dependência de seu agir e de suas convicções teóricas, em relação ao contexto de seu mundo objetivo que, longe de ser apenas determinado por eles, orienta sua própria vida profissional” (FLICKINGER, 1998, p.13).

Assim sendo, a análise dos contextos político, social, cultural e econômico é fundamental para refletir sobre os caminhos da Educação Brasileira na atualidade. Quais lógicas permeiam a ação dos governantes que materializam reformas que trazem para o povo brasileiro prejuízos incalculáveis?

Partimos do entendimento que a ação humana no mundo o modifica, transformando também as relações sociais e os próprios indivíduos, que constroem no processo suas identidades e suas culturas. A relação trabalho/educação é o ponto de partida para a compreensão do momento histórico vivenciado atualmente.

## Reestruturação Produtiva e Reformas

O modo de produção capitalista traz em sua essência a produção de mercadorias para obtenção do lucro, com isto a acumulação de capital se processa e na medida em que o capitalista se apropria do excedente produzido pelo trabalho a riqueza se concentra, deixando os trabalhadores expropriados dos produtos de seu próprio fazer, aumentando de um lado a pobreza e de outro a riqueza, instituindo crises (BEVILAQUA, 2017).

Ciclicamente ocorre diminuição da produtividade, visto que o ciclo do capi-

tal está estrangulado, sendo necessário processos que reestruturem a forma de produzir, sem, no entanto, modificar a lógica do próprio sistema (MOURÃO 2006). Assim, os mundos do trabalho se reestruturam o que implica a modificação de todas as instituições, inclusive o Estado.

A crise da produtividade capitalista que ocorre na década de 1970 apontou mundialmente reformas para que a acumulação capitalista se mantivesse. Deste modo, o Estado do Bem Estar Social é substituído pela concepção do Estado Mínimo, que propugna que o aparelho estatal está inchado, sendo necessário reformas para superar a crise.



Outra falácia é que o novo Ensino Médio permitirá a entrada rápida no mercado de trabalho. Enfatizamos que o problema do mercado de trabalho não é somente a pouca formação dos jovens, mas, sobretudo, a forma de organização do sistema capitalista, que, por seu estrangulamento, abre os mercados para os países desenvolvidos limitando a abertura de trabalho".

São indicadas as reformas da Previdência, Administrativa, Tributária, Trabalhista, Sindical, Educacional e Política. Estas vêm ocorrendo, apesar da resistência da sociedade civil organizada, modificando consideravelmente a mesma.

Gentile e Suárez (2004, p. 26) apontam que na esfera educacional as reformas “desenvolvem um conjunto de valores e modelos organizacionais e de gestão, modalidades sobre as quais

foram construídas suas identidades e nos quais fundaram sua ação coletiva”. Isto implica em uma nova regulação das relações educacionais que, segundo os referidos autores, altera a carreira, o salário, implementa incentivos por desempenho, descentraliza as negociações e modifica as políticas curriculares.

Esses processos ocorrem sob intenso conflito, que ora avançam para processos democráticos, ora caminham para a acomodação na esfera neoliberal. Os conflitos são estudados levando em consideração o contexto e são considerados como processos de resistência democrática. São muitas as reformas educacionais, mas nos deteremos na Reforma do Ensino Médio e na criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## Reforma do Ensino Médio: aprofundamento da escola dual

Historicamente há uma disputa acerca dos processos formativos implementados na escola. De um lado, há a defesa que a formação humana deve ser omnilateral, ou seja, é a formação que constrói processos de humanização, apontando para uma educação integral que forme homens e mulheres para a vida atendendo todos os aspectos relativos ao desenvolvimento humano. Por outro lado, há a defesa que a escola deve preparar para o mercado.

O ANDES-SN explicita que o primeiro ato que institui a formação escolar para o mercado data do Estado Novo – Reforma Gustavo Capanema, que cria o Senai e o Sesi, apontando que esta formação deveria ser rápida e objetiva visto que o processo de industrialização necessitava de mão de obra que pudesse adentrar no mercado de trabalho com o mínimo de formação (ANDES-



A Lei 10.639/03 trata da contratação de docentes de “notório saber” para formação técnica e profissional

-SN, 2017). Para os filhos dos capitalistas, os cursos científicos ou clássicos preparavam para a Universidade. Para os pobres, restava o ensino profissional aligeirado, com ensinamentos exclusivamente técnicos.

A Ditadura vai consagrar a dualidade com a lei 5.692/72 que propugna a formação para o mundo do trabalho. No entanto, as escolas particulares não se organizaram como preconizava a lei. As escolas públicas tinham que organizar o ensino, levando em consideração os processos de educação para o trabalho. O movimento organizado lutava por processos democráticos e criticavam a teoria do capital humano que sustentava a lei. A luta era por uma educação pública e democrática, na qual a formação humana deveria ser integral. A organização do ensino de 2º grau é mudada em 1982 com a lei 7.044.

Outro golpe na Educação é evidenciado no processo de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Quando o Fórum em defesa da Escola Pública encaminhava discussão mais ampla sobre as normativas, Fernando Henrique Cardoso direciona ao Senado um Projeto de Lei pensado por Darcy Ribeiro, que é aprovado, colocando por terra toda a discussão efetiva pelos movimentos sociais organizados. A lei 9.394/96 acentua a esco-

la dual quando separa o Ensino Médio do ensino profissional.

Todo o ensino profissional passa a ser normatizado por decreto. FHC institui o ensino técnico como etapa formativa (PEREIRA; PASSOS, 2011) por meio do decreto 2.208/97. Segundo Kuenzer (1997), a racionalidade financeira vai embasá-lo, havendo um apartamento entre educação geral e profissional. Os pesquisadores ligados à área se contrapõe a essa formulação e, no governo Lula, abre-se a possibilidade de articulação entre o Ensino Médio e o ensino profissional por meio do decreto 5.154/2004 que institui o Ensino Médio integrado.

Essas formulações normativas carregadas de conflito são mantidas, sendo que a forma integrada – Ensino Médio e ensino profissional – vai ser introduzida na lei 11.741/2008. Pereira e Passos (2011, p. 10) afirmam que a acomodação das diferentes concepções e interesses políticos sobre a educação profissional média

*[...] repercute sobre o delineamento da política para essa modalidade, dificultando a criação de uma identidade para a educação profissional e de um verdadeiro sentido para a política de integração. Além disso, tem implicações sobre a oferta do Ensino Médio, que passa a assumir mais de uma possibilidade de oferta, restabelecendo dualidade na educação básica.*

## Discutindo a Reforma do Ensino Médio

Os conflitos deixaram em aberto a possibilidade de reformas no Ensino Médio, visto que a dualidade está expressa na educação básica e há diminuição das matrículas neste grau de ensino, conforme demonstra Kuenzer (2011). Os argumentos em favor da Reforma do Ensino Médio são embasados no alto índice de evasão e repetência e também no baixo desempenho do alunato em disciplinas como Português e Matemática. Os reformadores afirmam que o Ensino Médio tem que ser mais atrativo para os jovens.

Rebatendo os argumentos que motivaram as reformas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) aponta que os motivos da evasão e repetência estão ancorados também na sociedade, visto que os jovens mais pobres têm que trabalhar para contribuir com o orçamento familiar. Além disto, as escolas públicas estão sucateadas por falta de financiamento que acentuam os problemas estruturais. Enfatiza a falta de articulação com outras políticas sociais (CNTE, 2018).

O argumento que a reforma traz mudanças benéficas para a escola, pois atenderá as motivações dos jovens é um argumento insustentável, visto que para atender os interesses da juventude é fundamental condições materiais que proporcionem inserção na cultura letrada e o conhecimento dos bens culturais construídos pela humanidade. A democratização do acesso e o financiamento para que haja expressão cultural são fundamentais para mudar as expectativas dos jovens.

Outra falácia é que o novo Ensino Médio permitirá a entrada rápida no mercado de trabalho. Enfatizamos que o problema do mercado de trabalho não é somente a pouca formação dos jovens, mas, sobretudo, a forma de organização do sistema capitalista, que, por seu estrangulamento, abre os mercados para os países desenvolvidos limitando a abertura de trabalho. Resgatamos que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo limita o desenvolvimento dos países dependentes.

Os reformadores afirmam que há um excesso de disciplinas na educação básica e, por este motivo, não há aprendizado em disciplinas importantes como o Português e a Matemática. Os educadores vêm discutindo a integração entre os conteúdos que são ensinados. A CNTE aponta que os conteúdos devem dialogar com a vida do aluno. Para a CNTE (2018, p. 9), esta proposição de menos conteúdo para a formação dos jovens atingirá, sobretudo, os estudantes das escolas públicas e, além disto, põe em risco “a formação humanística cidadã” e compromete a oportunidade de acesso à Universidade. A redução das disciplinas atinge diretamente os profissionais da educação quando diminui a possibilidade de contratações.

Destacamos que a Reforma do Ensino Médio atropela a lei 10.639/03, pois interfere nos programas de ação afirmativa, impondo uma ideia única aos processos formativos, o que é perigoso, já que o pensamento único não possibilita a construção da cidadania.

A lei ainda faz alusão a processos privativos da parte flexível do currículo e a possibilidade de contratação de professores de “notório saber” para a formação técnica e profissional. Com a aprovação da Reforma Trabalhista, o trabalho pode ser intermitente e consolida-se o banco de horas, normas que rompem com a estabilidade no emprego e possibilitam maior exploração do trabalhador. A Lei da Terceirização permite a terceirização da atividade fim. Com isto, a obrigatoriedade dos concursos públicos cai por terra, havendo possibilidade de criação de empresas que orquestram a forma de admissão dos profissionais em educação, rompendo com a possibilidade de vínculo empregatício e precarizando cada vez mais o trabalho e a educação.

No que se refere aos itinerários formativos como opção do estudante é uma proposta que compromete a inclusão no Ensino Médio, visto que o pouco investimento na educação limita o oferecimento de vários itinerários. As escolas terão dificuldades financeiras de instaurar várias frentes de ensino.

## A Base Nacional Comum Curricular

A BNCC regulamenta quais as aprendizagens são fundamentais para serem trabalhadas nas escolas brasileiras, norteia os currículos escolares. Se baseia na teoria das competências que, segundo Mourão (2006), incorpora à noção de qualificação do conhecimento apreendido pelo saber fazer, modificando o estatuto das qualificações, principalmente relacionados aos processos que normatizam as relações de trabalho. Com isto, há concretamente quebra de direitos historicamente conquistados, visto que aponta para relações de trabalho individuais.



**A Reforma do Ensino Médio faz parte de um conjunto de políticas que objetivam adequar o Brasil às exigências da mundialização do capital. Assim sendo, é urgente uma luta mais intensiva para barrar essas ações e, para isto, é preciso resgatar a discussão a respeito do Projeto de Sociedade que o movimento progressista defende.**

A ênfase é centrada em aspectos da personalidade em detrimento de qualificações mais técnicas, decorre daí que a formação é mais geral, sendo que a formação técnica fica a cargo de cada empresa (MOURÃO, 2006). Ricardo (2010, p. 4) assevera que

*Isso desloca a responsabilidade da formação para o sujeito. A emergência da noção de competências nessa perspectiva e a não percepção da qualificação como um processo histórico e social enfraquecem as conquistas coletivas e põem em conflito interesses pessoais e coletivos, liberando o Estado de regulamentações, uma vez que se fortalecem as relações entre empregado e empresa.*

É preocupação dos educadores que a BNCC aponte somente para a construção de performances que se adequem aos testes avaliativos nacionais e internacionais, que padronizam os processos de formação, cerceando concepções formativas mais abrangentes. Com isso, os pro-

cessos de privatização se impõem, visto que a parte flexível do currículo pode ser oferecida de diferentes formas, mediante diversos convênios privados.

## Chamando para a luta

A Reforma do Ensino Médio faz parte de um conjunto de políticas que objetivam adequar o Brasil às exigências da mundialização do capital. Assim sendo, é urgente uma luta mais intensiva para barrar essas ações e, para isto, é preciso resgatar a discussão a respeito do Projeto de Sociedade que o movimento progressista defende. Que sociedade queremos construir? Que tipo de homem/mulher queremos formar?

A dicotomia público e privado está contida na Reforma, havendo uma ampla propaganda ideológica que desmoraliza o público para potencializar a entrada do capital na esfera educacional. Nesta perspectiva, a luta pela escola pública tem que ser redobrada, mostrando que o desmonte e desmoralização da Educação Pública é um projeto que beneficia o grande capital.

Os donos do poder se apropriaram das bandeiras de ordem dos movimentos e ao fazê-lo implementaram processos polissêmicos que confundem os trabalhadores. Deste modo, é importante resgatar nos movimentos sociais processos formativos que apontem a autonomia brasileira, desvelando o que está por trás das propostas de Reformas. O movimento organizado tem que construir novas bandeiras de luta e uma bandeira que deveria estar na ordem do dia é a auditoria da dívida pública. Essa bandeira mostraria à população que o Brasil está perdendo sua soberania e que, ao contrário que os governantes apregoam, o Brasil está sendo loteado. É preciso lutar contra isto, edificando processos democráticos e participativos, que levem à construção de uma outra sociedade, mais humana e democrática.

*\*Armanda Mourão é doutora em Educação: História, Política, Sociedade, e professora titular da Faculdade de Educação (Faced), da Ufam.*

&gt;&gt;&gt; ARTIGO

# Educação no país sob ameaça ideológica de militares e religiosos

Sílvia Conde\*

**A**s lutas em defesa da educação da classe trabalhadora, nos últimos 30 anos, resultaram em alguns avanços, ainda que insuficientes em uma sociedade marcada pela contradição Capital X Trabalho. A elite brasileira – historicamente, hegemonicamente, subalternamente – articula-se aos interesses de uma burguesia nacional ou ao capital internacional. Os marcos legais e normativos que submetem a Educação escolarizada, em menor ou maior grau, ao mercado de trabalho têm sido determinados por essa elite.

Essas determinações aconteceram mediante atos de resistência envolvendo os movimentos sociais, docentes, estudantes e centrais sindicais articulados à defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Entretanto, em tempos de governo de extrema-direita, essa resistência precisa ser intensificada pois, para além da subsunção ao capital, a educação brasileira, mais uma vez, está sob forte ameaça ideológica de grupos militares e religiosos.

No primeiro mês do governo Bolsonaro duas medidas oficiais – vamos nos ater a essas, pois são muitas as ideias medievais manifestadas em tão pouco tempo de (des) governo – dão materialidade ao nosso argumento: as mudanças na competência e na estrutura organizacional do Ministério da Educação (Decreto 9.665/2019) e ações anunciadas no plano para os primeiros 100 dias de gestão, referentes ao programa Alfabetização Acima de Tudo e a regulamentação do direito à educação domiciliar.

A novidade nas competências do MEC é a previsão de parceria com instituições civis e militares, de “experi-



A elite tem atendido aos interesses burgueses submetendo a Educação aos interesses do mercado de trabalho

ências exitosas” – não especificadas, é claro – para tratar da política nacional de educação e de todos os assuntos referentes à Educação Básica e à Educação Superior.

Inferimos que a criação de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares é um reflexo desta novidade. Ademais, considerando a expressiva nomeação de diversos militares para os cargos no MEC, não é exagero ou conjectura afirmar que existe condições objetivas para materialização da ideologia militar na educação brasileira.

A criação da “Diretoria de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação” e o programa Alfabetização Acima de Tudo articulam-se conceptualmente e representam uma ofensiva ao trabalho docente na medida em que exaltam a capacitação técnica ignorando a luta da categoria por uma política integral de formação e valorização dos profissionais da educação pautada em formação inicial e

continuada, condições de trabalho, carreira e remuneração.

A extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a exclusão do termo “diversidade” do decreto 9.665/2019 e a propositura de regulamentação do direito à educação domiciliar são pautas do grupo religioso que, assim como os militares, ocupa os cargos estratégicos no governo Bolsonaro. Esse grupo nega a diversidade, quer estabelecer padrões de gênero, combate o feminismo e defende o ensino confessional e o direito de escolha das famílias pela educação em casa.

E isso foi só o primeiro mês! A continuidade da luta pela educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, articulada às lutas pela garantia dos direitos dos trabalhadores, está na ordem do dia!

*\*Sílvia Conde é doutora em Educação, diretora da Faculdade de Educação (Faced) e professora da Ufam.*

## &gt;&gt;&gt; RÁPIDAS

**Preparatória do AM para o ENE será dias 22 e 23/03**

A etapa preparatória do Amazonas para o III Encontro Nacional de Educação (ENE) ocorrerá em 22 e 23 de março. A data foi definida em reunião de organização, no dia último 16, na ADUA-SSind. Foram sugeridos os seguintes eixos: 1. Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais; 2. Organização da Classe Trabalhadora; 3. Trabalho na Educação e Condições de Estudo; 4. Universalização da Educação, Acesso e Permanência e 5. Financiamento da Educação.

**Adicional ocupacional será regularizado até setembro**

O pagamento do adicional ocupacional de 90% dos 912 servidores (docentes e técnicos-administrativos) da Ufam que tiveram o benefício suspenso em janeiro deste ano deve ser regularizado até setembro de 2019. A informação foi repassada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) em reunião no último dia 15. A suspensão ocorreu após a migração de informações do Siapenet para o Módulo de Vigilância para Fins de Concessão dos Adicionais Ocupacionais Siap Saúde.

**Revista "Universidade e Sociedade" recebe artigos**

Com tema central "Transformações no mundo do trabalho e opressões de gênero", a edição 64 da revista "Universidade e Sociedade" do ANDES-SN está recebendo artigos. Os textos devem obedecer à normatização e ser encaminhados até 10 de abril para o e-mail andesregsp@uol.com.br. Além dos artigos temáticos, também são aceitos aqueles sobre questões da educação superior brasileira. A próxima edição da revista será lançada no 64º Conad, em julho de 2019.

**ADUA discute temas com a Administração Superior**

A ADUA-SSind. se reuniu, no último dia 11, com o reitor da Ufam, Sylvio Puga, na sede da reitoria. O encontro teve como pauta a criação de duas universidades no Amazonas a partir do desmembramento da Ufam; a concessão dos adicionais ocupacionais, e a prorrogação do prazo para promoção e progressão dos e das docentes. Os representantes da categoria apresentaram a necessidade de um amplo debate com a comunidade universitária sobre a divisão da Universidade.

## &gt;&gt;&gt; AGENDA

**Greve das Mulheres**

No dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, irá ocorrer a Greve Internacional das Mulheres. No 38º Congresso do ANDES-SN, a categoria deliberou pela adesão ao ato com paralisação nas universidades e institutos federais e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Para dar cumprimento à deliberação, o Sindicato Nacional recomenda a realização de uma rodada de assembleia geral para deliberar sobre a paralisação. [Leia mais.](#)

**Reunião do GT de Política Educacional**

Informes; III Encontro Nacional de Educação (ENE); resoluções do 38º Congresso do ANDES-SN e outros encaminhamentos. Estes são os itens da pauta da próxima reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN. O encontro será realizado nos dias 9 (9h às 19h) e 10 de março (9h às 13h), na sede do Sindicato Nacional (Setor Comercial Sul, Quadra 2, Edifício Cedro II, Bloco C, 3º andar), em Brasília (DF).

**DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/12/2018 A 31/12/2018**

QUADRO RESUMO MENSAL	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Receitas</b>	R\$ 90.871,60	R\$ 90.585,40	R\$ 91.444,00
<b>Despesas</b>	R\$ 106.754,11	R\$ 114.446,91	R\$ 68.013,41
<b>SALDO ANTERIOR</b>	R\$ 94.307,36	R\$ 14.438,07	R\$ 944,18
Saldo Banco do Brasil S/A	-	-	-
Saldo Fundo de caixa	R\$ 14.438,07	R\$ 944,18	R\$ 124,37
<b>RESUMO DE APLICAÇÕES</b>	R\$ 284.947,93	R\$ 265.441,52	R\$ 239.107,57
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 219.244,74	R\$ 284.947,93	R\$ 265.441,52
Aplicações no Mês	R\$ 123.629,16	R\$ 67.000,00	R\$ 60.000,00
Rendimento de Aplicações	R\$ 715,44	R\$ 203,01	R\$ 855,36
Resgate de Aplicações	R\$ 58.641,41	R\$ 86.709,42	R\$ 87.189,31
<b>SALDO ATUAL</b>	R\$ 299.386,00	R\$ 266.385,70	R\$ 239.231,94

\*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

**boletim ADUA**

O boletim ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:**

Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2º vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2º tesoureiro).

**Diretora responsável:**

Milena Barroso

**Assessoria de Comunicação:**

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

**Designer:**

Rebecca Pessoa

**Projeto gráfico:**

Rafael Miranda

**Endereço:**

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

**E-mail da secretaria:**

aduasindicato@gmail.com

**Fale Conosco**

 (92) 98138-2677

www.adua.org.br